

## TRABALHO DO PROFESSOR NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA Hegemonia e Neoamericanismo<sup>1</sup>

João dos Reis Silva Júnior<sup>2</sup>  
Daniel Schugurensky<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo tem como objetivo contribuir para o entendimento sobre a mudança da natureza do trabalho professor – que se torna de forma predominante imaterial e produtivo - diante dada mercantilização da universidade americana e seus novos papéis no âmbito social e econômico. O que a faz parte central do sistema de produção. Esta compreensão possibilita melhor entender as mudanças estruturais em curso no Brasil e suas consequências para a vida do intelectual pesquisador da universidade estatal e para a natureza de seu trabalho cada vez mais comercializável.

Palavras-Chave: Mudança na Universidade; Comercialização da Ciência; Pesquisas Comercializáveis.

## PROFESSOR WORK IN THE BRAZILIAN UNIVERSITY Hegemony and Neoamericanism

### ABSTRACT

The article aims to contribute to the understanding of the changing nature of Professor work - which becomes immaterial and productive in a predominant way - face commodification of American university and their new roles in social and economic context. What makes the central part of the production system. This understanding enables better analyze the structural changes underway in Brazil and its consequences for the life of the intellectual researcher at the state university and the nature of their work increasingly marketable.

Keywords: Change at the university. Marketing science. Tradeable research.

### Introdução

Em texto premonitório de 4 de junho do ano 2000<sup>4</sup>, o historiador Nicolau Sevcenko, nos deixou em 2014, já antevia as mudanças estruturais da universidade estatal no Brasil. O que hoje se torna claro, transparente e, sobretudo um retrocesso histórico, para quem conhecia a universidade estatal há tempos e ao redor do planeta. Seu olhar sobre países com alta densidade histórica mostrava a tendência que viria se espalhar alhures o incomodava.

Este incômodo de Sevcenko era tal, que de volta ao Brasil, há mais de 14 anos passados publicou em sua coluna no periódico *F. de São Paulo* texto atual em que relata o ocorrido nas instituições inglesas. O historiador participava de homenagem ao professor Noel Annan – que nos anos 1950s fora o primeiro reitor com exclusividade nesta posição – no King's College da Universidade de Londres e que lhe pareceu uma “aula de sociologia

universitária”. Segundo seu relato havia três gerações claramente separadas no auditório em que se deu a solenidade.

A primeira logo à frente se constituía dos contemporâneos do homenageado. No seu entendimento estes senhores representariam o lugar institucional e acadêmico de um “pequeno grupo de famílias de linhagens distintas, cujos membros e descendentes ocupavam todos os postos decisórios, fazendo da academia a extensão natural de seus privilégios de classe”.

A segunda geração posicionada em lugar intermediário eram professores da década de 1960 que confrontaram o elitismo acadêmico anterior e abriu caminho para o que não cabia no interior da universidade inglesa ou diferente instituição. De onde nasceriam “inspirações e alianças radicais, cujos frutos mais exóticos foram a insurreição punk, a música eletroacústica, o dub<sup>5</sup>, o novo cinema inglês e a chamada escola londrina de artes plásticas.”

A terceira geração eram os professores da década de 1990, a quem chamou de “Herdeiros do Futuro”. Novos intelectuais que reformariam na sua prática cotidiana a instituição universitária e formaria outros tantos a produzir a hegemonia dos tempos atuais. Um futuro que já se concreto e já herdado por aquela geração onde quer que histórica universidade tenha sido reformada. Um futuro que se realiza rapidamente e de forma mais agressiva no Brasil nas últimas duas décadas e parece atingir seu ápice na segunda década do século XXI.

### **Intelectuais e a Hegemonia da Eficiência**

A reconstrução da universidade estatal brasileira parece estar sendo realizada proeminentemente por estes intelectuais que atuam na academia e em posições privilegiadas na formulação de políticas para as universidades estatais. Portanto, é necessário compreender os “herdeiros do futuro” nas sociedades mais densas para compreendermos a prática, o trabalho dos intelectuais brasileiros que reconstruem essa instituição no Brasil.

Sevcenko indica de forma brilhante um dos caminhos para o entendimento formação desta geração e da atual cultura da universidade estatal brasileira como parte de um movimento maior, do qual o Brasil viria a participar de forma orgânica a partir do trânsito da década de 1980 para a de 1990. Na mesma matéria, ele analisa os nexos:

No fundo do salão, buliçosos e ostensivos, se concentrava a última camada, a dos representantes dos anos 90 e, portanto, aqueles que se sabiam os herdeiros do futuro. A história desse grupo talvez possa explicar um pouco da sua autoconfiança, reverberada no inflado das roupas. Naturalmente sua madrinha espiritual é Margaret Thatcher, aquela que em sua empáfia retórica decretou que "não há nem nunca houve essa coisa chamada sociedade; o que há e sempre haverá são indivíduos". O fato é que, na sua oportuna aliança com Ronald Reagan, ao longo dos anos 80, ambos efetuaram uma mudança drástica no discurso conservador, invertendo os termos do debate político. Até então as posições radicais monopolizavam a simbologia epifânica, apostando todas as cartas no princípio esperança, num mundo coeso por impulsos fraternais. Aos conservadores restava tachar essa atitude de ilusória, de lunática e de chamariz para a implantação da tirania totalitária. A operação ideológica construída pelo nexos Reagan-Thatcher mudou completamente a configuração do debate político. Sua maior proeza foi metamorfosear os termos de sua aliança num amálgama cultural de

alcance místico. Fortemente apoiados em tradições puritanas exclusivistas e autocentradas da cultura anglo-saxônica, deslocaram seus conteúdos doutrinários da esfera religiosa para a política. O resultado foi o deslizamento do conceito de destino manifesto, tão latente em Cromwell quanto em Washington e Jefferson, de um fado inelutável dos povos anglo-saxões para o próprio sistema capitalista. (Sevcenko, 2000)

A expressão deste momento fez-se concreta em tempos diferentes em todo o mundo alterando drasticamente o aparelho de Estado, a República e as instituições republicanas e, para os nossos objetivos, no Brasil. Mais do que uma nova episteme política e religiosa uma mudança estrutural na economia, na ciência e na tecnologia tornaram-se uma realidade cruamente excludente. Esta atual cultura das universidades estatais está sendo produzida há tempos, contudo, torna-se mais visível no século XXI. Em acréscimo, vale destacar que se ela se expressa nas reformas, políticas e programas para a universidade estatal, antes de mais, ela é produzida pelos intelectuais da própria universidade ocupando posições nela ou em órgãos de Estado nas distintas esferas administrativas.

Esta nova cultura mundial, para usar uma construção Otávio Ianni (1994), iria disseminar-se por muitos meios, mas, tendo como o coração uma apologia à ideologia da eficiência concretizada na diminuição do *gap* entre a ciência e a tecnologia: a inovação. Sevcenko, no mesmo texto, lembra que estes traços transformar-se-iam, na prática política em programas de governo e de muitas propostas, em que a ciência, tecnologia e educação consistiriam na fundação desse novo momento histórico:

Era uma proposta clara que tocava a todos. A nova realidade só oferece oportunidades para o trabalho qualificado, portanto o melhor meio de suscitar a promoção social deve ser necessariamente a educação. Ademais, na vertiginosa corrida tecnológica que sucedeu à Guerra Fria, só quem tiver autonomia tecnológica poderá garantir sua soberania. Logo, educação, ciência e tecnologia são as três chaves da nova era. Mas o veneno da maçã proibida já se infiltrara nas veias dos novos líderes. A ideia não era mais garantir um bom emprego para todos conforme a tradição socialista, mas disseminar o espírito da concorrência agressiva por meio de uma nova agenda educacional, de modo que, num mercado cada vez mais concentrado, os mais aguerridos, os mais individualistas e os mais experientes prevalecessem, em detrimento dos desfavorecidos em todos os quadrantes do planeta. E aqui se insere o conceito ampliado do destino manifesto, traduzido num novo dogma chamado eficiência. (Sevcenko, 2000)

A eficiência alcança o estatuto da ideologia com fundamento político e se concretiza como a busca diária da inovação, que é tradução do espírito religioso que fundamentou o pensamento e a prática de Thatcher e Reagan. Daí a importância do entendimento das mudanças no Brasil, considerando a origem deste movimento no plano mundial.

Os herdeiros do futuro o trazem em suas mentes e corações fieis ao destino manifesto para o presente e buscam de forma tenaz institucionalizarem-no. São estes novos intelectuais que vem reconstruindo e consolidarão a universidade estatal brasileira do século XXI.

## Universidade nos Estados Unidos e Hegemonia

Nas universidades, a autonomia desaparece, em seu lugar, de acordo com o credo da eficiência, a racionalidade das corporações mundiais é imposta, reduzindo de pronto sua natureza pública. A colaboração entre universidade e indústria na Europa e nos Estados Unidos não é recente<sup>6</sup>, contudo a partir da década de 1980 esta parceria ganha impulso e o crescimento do patenteamento e do licenciamento, isto é, de conhecimentos produzidos na universidade que são potencial e rapidamente comercializados atinge um ponto nunca visto. Fato cuja origem encontra-se na universidade estatal reconstruída com uma nova missão na busca de seu próprio financiamento e lucro, que resultou na promulgação do *Bayh-Dole Act* do *Competes Act* nos Estados Unidos. Novamente aqui, os “herdeiros do futuro”; pesquisadores, gestores e estudantes da graduação e pós-graduação assumem a liderança desse movimento.

O Bayh-Dole act de 1980 não é uma imposição do Estado desse país, nesse momento, ao contrário, ele é o resultado da pressão das próprias instituições estadunidenses, da indústria e dos próprios formuladores de política no Estado, que se convenceram da reordenação necessária para repor a economia americana no topo. Cf. Perorazio, (2009) e Mowery et al, (2004). A produção de nova forma histórica da hegemonia se produz pelos intelectuais nas instituições, na indústria e no Estado. Segundo Marginson; Ordorika, (2010) a hegemonia para Gramsci:

desempeña un papel especial em su argumento. Bajo condiciones de hegemonia cultural, una población dada adopta formas lingüísticas, e inclusive un idioma completo, de otro grupo de personas. La adopción no es provocada pela coerção, pero relaciona com el prestigio cultural y el poder económico, político, social y a veces militar (Ives, 2004, pp.47 y 82). Su teoría también coloca a la **universidad en papel central dentro de la sociedad civil y la hegemonía**, con la institución que estandariza e inculca el lenguaje dominante y el conocimiento autorizado, un lugar de actividad cultural por derecho propio, y el sitio donde se forman las siguientes generaciones de líderes. (p.69)

Promulgada em 12 de dezembro de 1980, o Bayh-Dole Act (PL 96-517, Lei de Patentes e Licenciamentos, 1980) criou uma política de patentes uniforme entre as muitas agências federais que financiam a pesquisa nos Estados Unidos permitindo que pequenas empresas e organizações sem fins lucrativos, incluindo universidades, retivessem a propriedade das invenções feitas com financiamento do governo federal em programas de pesquisa.

O Bayh-Dole Act foi fundamental no incentivo às universidades a participarem de atividades de transferência de tecnologia e alterou sobremaneira o paradigma de propriedade intelectual e de financiamento das pesquisas realizadas nas instituições estadunidenses. Naquela época, como apontam Mowery et al (2004), havia um consenso entre os pesquisadores das instituições universitárias dos Estados Unidos de que uma parcela significativa das pesquisas realizadas com financiamento do governo federal apresentava dificuldades para comercialização devido às barreiras existentes no país para obtenção de patentes por estas instituições. O entendimento desses intelectuais iria fazê-los movimentarem-se com o objetivo da produção de lei que legalizasse a relação entre universidade e indústrias nos Estados Unidos. Por outro lado, os executivos das indústrias passaram a entender que a inovação seria uma saída precisa para o crescimento econômico, movimento acompanhado pelos formuladores de políticas no âmbito Estado. Uma nova

camada de intelectuais se formava e consolidava uma nova universidade no país de maior economia no mundo. Berman (2012) argumenta que, para ela, há dois principais fatores para a mudança da universidade americana e de sua pesquisa na direção ao atendimento das necessidades do crescimento econômico:

O primeiro consiste em que o foi o governo que encorajou e induziu as universidades a assumirem a ciência acadêmica como um valioso produto econômico. (...) O segundo consiste em que tal movimento seria maior e se espalhou uma nova concepção [hegemonia], de que a inovação científica e tecnológica deve servir como um motor do crescimento econômico. Isso é crítico e central nesse movimento [em que as universidades se tornaram o centro] e assumiram tal desiderato como sua missão. (p.2)

Desta maneira, o Bay-Dole Act foi fortemente impulsionado pelas universidades que vinham desenvolvendo pesquisas com patenteamento. Sua aprovação representou um marco nas políticas de inovação dos Estados Unidos a partir da década de 1980. Esta lei tinha por objetivo o incentivo à comercialização dos resultados das pesquisas na universidade. Tinha-se, então, uma nova forma de produção real de riqueza. Isso foi novo no capitalismo dos Estados Unidos e, atualmente, se espalha pelos países com relação com os Estados Unidos influenciando fortemente as mudanças na universidade brasileira a partir do início do século XXI.

Além de produzir e fortalecer o estatuto da propriedade intelectual, a lei buscava contribuir com o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, fomentando a competitividade do setor industrial através da inovação tecnológica e comercialização de conhecimento produzido pela academia desse país. Este novo ordenamento jurídico significou um importante incentivo à defesa da propriedade intelectual, levando as universidades de pesquisa a se reorganizarem e implantarem de maneira acelerada seus escritórios de transferência de tecnologia, a fim de estreitarem o relacionamento com as empresas privadas. (Mowery et al, 2004).

Nesse contexto, as universidades norte-americanas passaram a organizar a produção do conhecimento científico de forma tal que seus resultados fossem rapidamente comercializados, no tocante ao financiamento, à agenda de pesquisa e à gestão da própria instituição. Desde então, as universidades passaram a guiar-se não somente em indicadores de produtividade acadêmicos e científicos, mas, principalmente indicadores de desempenho econômico e financeiro. Fato que orientou a academia a adotar modelos de gestão que se identificam com as práticas corporativas, resultando no empresariamento do conhecimento e da instituição universitária, caracterizando o que alguns autores denominam de Capitalismo Acadêmico. (Slaughter; Rhoades, 2011). Esta nova universidade produzida por seus próprios intelectuais induzia à mudança da natureza do trabalho do professor pesquisador na direção de que seus resultados fossem comercializados.

Slaughter e Rhoades ressaltam que a aprovação do Bay-Dohle Act nos Estados Unidos em 1980, elevou significativamente o número de patentes concedidas às universidades norte-americanas e ampliou de maneira expressiva o número de escritórios de transferência de tecnologia. Isso traria consequências para a produção de conhecimento. Fato que se pôde verificar, segundo estes autores, na agenda de pesquisa destas instituições, que passaram a priorizar o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada em detrimento aos de pesquisa básica, pelo alto potencial de comercialização e de transferência de tecnologia ao setor produtivo das primeiras.

Os dados apresentados no estudo de Loise; Stevens (2011, p.187) revelam esta tendência. Segundo estes autores, até a aprovação do Bay-Dohle Act, somente vinte e três universidades possuíam escritórios de transferência de tecnologia. No período entre 1983 e 2012, houve um crescimento na ordem de 769% no número destes escritórios, que se refletiu numa expansão significativa das atividades de transferência de tecnologia nas universidades estadunidenses para o setor industrial.

De acordo com estes autores, no período de 1991 a 2008, houve um crescimento exponencial das atividades relacionadas à transferência de tecnologia no âmbito destas instituições, o que demonstra a tendência da academia a uma crescente mercantilização do conhecimento.

Os dados apresentados no estudo de Loise; Stevens (2011) revelam ainda que o faturamento auferido pelas universidades com estas licenças apresentou um crescimento expressivo, passando de US\$7,3 milhões, em 1981, para US\$3,4 bilhões, em 2008. Neste mesmo período, foram formadas 6.652 *start-ups* ou empresas novas. Este estudo também demonstrou que no período de 1996 a 2007, as atividades de transferência de tecnologia das universidades, somando-se a criação de empresas, foram responsáveis pela geração de aproximadamente 279.000 empregos e contribuíram com US\$187 bilhões para o PIB dos Estados Unidos neste mesmo período.

Slaughter; Rhoades (2011) analisam como as universidades norte-americanas redefiniram suas atividades de pesquisa, passando a priorizar a comercialização dos seus resultados, principalmente após a aprovação do *Bayh-Dole Act* e *Competes Act*, que ocorreram durante a administração de Ronald Reagan (o primeiro), o segundo mais recentemente já no século XXI, quando a crise de 2008 era uma realidade.

Segundo Slaughter; Rhoades (2011), naquele período, as instituições universitárias, em especial as estatais, passaram a privilegiar as atividades relacionadas à comercialização do conhecimento para diminuir sua dependência em relação ao financiamento público, federal e estadual. Desta forma diminuía sua vulnerabilidade financeira, face às crescentes reduções do fundo público para a manutenção das universidades, em resposta às crises fiscais do Estado.

Neste contexto, a aprovação das leis reforçou o processo de mercantilização do conhecimento e alteraram a função social, econômica e política da academia, consolidando a cultura mercantil nas universidades, produzindo nova cultura orientada pelos objetivos econômicos (hegemonia). Tal cultura reformou de forma estrutural a organização e gestão institucional, bem como instituíram um novo regime de produção de conhecimento em que docentes pesquisadores e administradores formam um bloco novo de atores. Este novo bloco de intelectuais produz novo *ethos* acadêmico alinhado com valores e práticas corporativas com consequências para o trabalho do professor e pesquisador.

Essas leis, atualmente, consistem na base legal para a restrição do Estado no financiamento das universidades estatais. É possível observar este movimento nos planejamentos estratégicos das universidades estatais. A busca pelo financiamento privado e pelo aumento das *tuition* dos alunos que consistem em pilares estruturais. Esta nova racionalidade induz e impulsiona a mobilidade acadêmica internacional desde a graduação, mestrados, doutorado, pós-doutorado, pesquisador visitante e professor visitante. Por outro lado, o perfil dos professores contratados se altera. Nos concursos públicos busca-se o professor, que independentemente da idade, tenha em seu currículo o traço de trabalhar com *grants*. Novamente aqui a hegemonia se fortalece e o intelectual que produz essa hegemonia na universidade e fora dela.

O significado desta meta consiste na aceitação no que se refere à mercantilização e à intensificação do trabalho do professor, bem como na acentuação da nova natureza do

trabalho do pesquisador e na consolidação da nova cultura, cujo objetivo precípua é de que o resultado das pesquisas seja de imediato, comercializáveis. Contudo tais intelectuais subjetivam estas metas e atuam segundo elas. Estes precisarão trabalhar de forma mais intensificada e, ao mesmo tempo, com seu trabalho orientado “como motor da economia”.

Nesta posição, buscam vender seus serviços de alta potência para o patenteamento e o licenciamento e sua gestão são dirigidos para a diferenciação entre as demais instituições, produzindo um mercado da educação superior que, permite a saída do Estado desta esfera, produzindo uma competição por bons alunos, pesquisadores, boas parcerias, etc. Este movimento de mudança das instituições universitárias é parte das muitas medidas tomadas pelos vários governos dos Estados Unidos face às crises econômicas dos anos 1970s, 1980s e, fortemente a crise imobiliária que embalou a crise das famílias e das universidades. À *Bubble Housing* seguiu-se a *Bubble University*. Nessa conjuntura a produção acadêmico-universitária torna-se estratégica.

O modelo de gestão apresentado consiste na separação entre a administração institucional e o processo de formação de professores, pesquisadores e da pesquisa. Nos dias mais recentes, as universidades estão transformadas e ainda sob as consequências da crise que vem enfrentando, ainda demandam o financiamento do Estado e este vem diminuindo anualmente o financiamento das universidades estatais. Todo esse conjunto de fatores fortaleceu e exigiu a internacionalização da educação superior. Os índices de mobilidade acadêmica são os mais altos segundo as séries históricas do *International Institute of Education (IIE)*.

Os reitores da grande maioria das universidades são, agora, administradores profissionais e a gestão acadêmica é subordinada à primeira. As consequências deste movimento são evidentes quanto à gestão, à pauta de pesquisa, ao trabalho do professor, aos tipos de cursos de graduação e pós-graduação e à necessidade da publicação em revista de prestígio mundial que se torna esta última, uma peça mercadológica e não mais socialização do conhecimento.

A geração da década de 1990 referida se constitui nos novos intelectuais que irão produzir a universidade estatal no Brasil. Este professor é antes de tudo, passivo e passível em oferecer seu trabalho à venda e fará tudo para publicar muito para poder vendê-lo muito e bem, e nesse processo consolidar a nova cultura universitária, central para a atual forma histórica da hegemonia.

### **Universidade Estatal – Estados Unidos e Brasil**

No prefácio ao livro *Novas Faces da Educação Superior no Brasil – reforma do Estado e mudança na produção* (Silva Júnior; Sguissardi, 2001, 2ª Ed.), Francisco de Oliveira escrevia:

Se é verdade que a concepção com que esse governo [de FHC] racionaliza sua atuação é a mesma que grassa internacionalmente e, no caso em espécie, da educação superior, defendida e aplicada por importantes organismos como o Banco Mundial e o Banco Interamericano, o que, em primeira instância, o tornaria apenas caudatário de tendências do neoliberalismo global, também é verdade que as concepções, pressupostos e teorias que dirigem essa ação, estão sendo defendidas e propagadas há mais de uma década, pelos que fizeram o NUPES - Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da USP. Não acidentalmente, alguns dos antigos principais pesquisadores do NUPES ocupam postos-chaves em setores decisivos para a formulação e

implementação das políticas educacionais no aparelho de Estado; outros, ainda que deslocados para funções não diretamente envolvidas com a educação superior, influenciam notavelmente o que se passa na área, e outros, mesmo não tendo participado do NUPES, atuam como fortes "publicizadores" - termo tão caro a Bresser Pereira - dessas orientações.

O descontentamento em relação à esfera pública parece ter chegado a um mesmo desiderato. Pouco avanço houve em relação à saída do Estado da esfera pública, deixando-a para ser administrada, de forma eficiente, por corporações profissionais. Novamente, a necessidade de produção de serviços estatais que são comercializáveis – epicentros da sociabilidade dos novos intelectuais – se fez mais forte.

No relatório de pesquisa sobre o produtivismo acadêmico nas universidades federais diante do processo de mercantilização, produzido em 2008, Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Júnior escreviam que o processo em curso no Brasil em uma forma ainda embrionária não era único. Mais, ele parecia se consolidar não somente no país, mas como um processo planetário que convergia para o estreitamento das relações entre as universidades estatais, o governo em suas várias instâncias administrativas e as corporações.

Naquele momento surgia no Brasil a *Mobilização Brasileira para a Inovação Tecnológica* (MOBIT), fundada com base em relatório de pesquisa<sup>7</sup> de Glauco Arbix sobre política industrial e de inovação de forma comparativa coordenado pelo então sociólogo da Universidade de São Paulo. Hoje Arbix é presidente da Fundação para o Financiamento de Projetos – inovação e pesquisa (FINEP). Na época, Arbix também era coordenador da MOBIT e do *Observatório de Inovações e Competitividade*, sediado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

À época podia-se observar que este movimento buscava encontrar uma proposta para a consolidação de idênticas relações a dos países de economia central. Para isso muitos professores de larga experiência deram sua militante contribuição tal como o próprio professor Arbix. Já um professor, um novo intelectual, que se punha a serviço da mudança da cultura e do papel da universidade estatal brasileira. Afirmava ele que os países pesquisados:

dão à inovação o *status* de fator mais importante de suas estratégias competitivas, engajando atores como o meio empresarial, as universidades e o governo. “Cada um a sua maneira, esses países [Estados Unidos, França, Canadá, Irlanda, Reino Unido, Finlândia e Japão] caminharam para um paradigma em que o conhecimento ocupa lugar central na reprodução de novas relações econômicas e sociais”. (Marques, 2008, p. 34)

A preocupação consistiria, na primeira metade da década de 2000, em incorporar o que há de melhor sendo feito no mundo. Arbix afirmava em matéria de Marques na Revista *Pesquisa* da FAPESP, que:

Uma das características marcantes é o lugar atribuído às empresas nessas estratégias. O setor privado tem um papel central. Todos os esforços estão orientados para aperfeiçoar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no ambiente empresarial. Há consenso de que é através da empresa que a economia irá movimentar-se e gerar bem-estar econômico. Nos sete países pesquisados as universidades são pressionadas a colaborar. [diz Arbix] “Não se trata de discutir sua autonomia, mas sim a



relevância de sua pauta de pesquisa. As universidades são estimuladas a se adaptar às mudanças para ajudar as empresas”. (Arbix Apud Marques, 2008, p.34)

Na matéria de (Marques, 2008) feita para a Revista *Pesquisa – FAPESP n.147*, outro ponto é passível a ser destacado, que pode ser comparado ao Brasil nestes últimos 16 anos, que consiste na perenidade desta ação entre universidade, governo e empresa. Nos dois mandatos de Bush nada mudou em relação a este paradigma quando comparado com os oito anos do governo Clinton. Pode-se dizer que esta relação tornou-se mais acentuada com o presidente Obama. Tudo indica a existência de consenso em relação a essas estratégias. A razão provável encontra-se no fato de que tais relações são produzidas em primeira mão no interior das universidades, nas indústrias e pelos assessores no âmbito do Estado pelos novos intelectuais.

A profecia weberiana que se pode ler no ensaio *A Ciência como Vocação*, em que Weber compara as universidades alemãs e as americanas, e conclui que são diferentes, pois as germânicas visam o conhecimento, enquanto as americanas já se originaram profissionalizadas. (Weber, 2002, P.91)

Segundo Horowitz, no prefácio da sua edição castelhana (*Sociologia y pragmatismo*, Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1968), o foco de Wright Mills em sua dissertação de doutorado na década de 1950 consistia, entre outros, na “profissionalização” como a “transformação da disciplina em ocupação [profissional], e a correspondente transformação do intelectual em acadêmico [profissionalizado]”.

É interessante observar como há tempos a formação da universidade eficiente é feita por professores formados por essa orientação. Esta mesma orientação induz a estrutura e organização da educação básica, seus currículos, modelos de avaliação e gestão. Destaca-se ainda a ação do governo de Dilma Rousseff seguindo o projeto de Lula na produção de mais programas que fortalecem esta direção de formação da nova cultura universitária, da nova hegemonia.

Lula inicia seu governo decepcionando a grande maioria que o havia eleito presidente da República do Brasil. Não rompia com a submissão ao capital financeiro. Ao assumir a presidência disse um claro sim à ordem estabelecida e bem traduzida por Fernando Henrique Cardoso segundo a cultura e história do país. Pressionado pelo compromisso Lula acaba por produzir, com muito pragmatismo e carisma, o *lulismo*. Essa forma específica de *hegemonia às avessas* mantém o país como plataforma de produção real de valor (Paulani, 2008), para a materialidade do capital financeiro que entrava no país, especialmente vindo dos Estados Unidos. Por outro lado, buscou tratar o social por meio de políticas focais, trazendo grande maioria da sociedade para cena política por meio do acesso a bens privados e públicos nunca alcançados por esta fração de classe nos mais 500 anos de história do Brasil. Duas foram as consequências: 1) Lula tornou-se o mito e ficou maior que o próprio partido e 2) precisou consolidar esta hegemonia e aumentar a produtividade econômica do país, por meio do aumento da produtividade industrial. (Ver os Anais da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e o documento Políticas de Inovação no Brasil e nos Estados Unidos: a busca da competitividade – oportunidades para a ação diplomática produzido no ano de 2011, primeiro ano do primeiro mandato de Dilma Rouseff). Isso impôs a acentuação e inflexão na ciência acadêmica brasileira, continuada por Dilma Rousseff até os dias atuais. Mais do que isso, durante o governo de Rousseff parece haver uma reorientação assemelhada ao que vem ocorrendo nos Estados Unidos, como se pode ler em Cummings (2014):

As complexidades da transferência de tecnologia em nossas universidades juntamente com a difícil tarefa de avaliar e proteger as invenções em fase inicial levou a modelos de negócios que produziram resultados não tão positivos, impondo a necessidade de avaliação de toda a função da comercialização. O grande volume de patentes que está sendo gerado pelas universidades e pela falta de um retorno financeiro claro sobre patentes levou a uma redução da função de transferência de tecnologia no momento em que a oportunidade de capitalizar sobre novos modelos de negócios é maior do que nunca. Os dados mostram que as nossas universidades de pesquisa são motores econômicos para o crescimento, inovação e desenvolvimento de novos negócios. As patentes têm contribuído de forma crescente para o nosso PIB e, portanto, produzir e induzir grandes parcerias internacionais. Tudo isso aponta para a inflexão. Novos modelos para a criação de parcerias público-privadas, o envolvimento dos alunos, a inclusão do ecossistema, e uma explosão empreendedora fornecem os meios para uma mudança na transferência de tecnologia e gestão da propriedade intelectual. O compromisso de fazer essa mudança é substancial para o sucesso em longo prazo. É preciso o engajamento coletivo do corpo docente, a comunidade e os especialistas que auxiliam no ativo de tecnologia crítica e desenvolvimento de *start-up*. O desenvolvimento desse complexo modelo de transferência de tecnologia tem um retorno muito lucrativo sobre o investimento e produz valor em longo prazo nas relações, rendimento, impacto e desenvolvimento econômico. (Cummings, 2014, p.1047, Tradução livre feita diretamente do original em inglês pelo autor.)

O Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento (PNPC) foi instituído pela presidente Dilma Rousseff através do decreto 8.269, de 25 de junho de 2014, com o ambicioso objetivo de aproximar o Brasil da fronteira do conhecimento. A fronteira do conhecimento orientado pela demanda dos setores estratégicos da economia brasileira e pela demanda das corporações nacionais e, especialmente pela demanda das corporações mundiais. Novamente muitos professores de nossas melhores universidades fazem coro e contribuem com o projeto de país que se inicia na presidência de FHC, mas, acentua-se no governo Lula e tem continuidade com a presidente Dilma Rousseff. Segundo o professor e *policymaker* Arbix o programa plataforma do conhecimento é um grande propulsor da economia brasileira [a ciência acadêmica como motor da economia Berman (2012)] com base na universidade estatal e muito fundo público para a sua realização. Diz o presidente da FINEP em matéria no portal da Fundação:

“Apesar do salto conseguido nos últimos anos, é fundamental que não pensemos apenas em fazer mais do mesmo”, afirmou Glauco Arbix, presidente da Finep, durante apresentação do programa a pesquisadores da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas - SP). O programa visa articular a produção gerada nas universidades e instituições de pesquisa, das empresas e as ações governamentais. Uma das metas é criar, no prazo de 10 a 20 anos, plataformas de conhecimento em áreas como agricultura, saúde, energia, aeronáutica, indústria naval e tecnologia da informação e comunicação, dentre outras. Também estão previstas medidas para atrair profissionais altamente qualificados do exterior, dotar as instituições (inclusive a serem criadas) de infraestrutura de pesquisa de classe mundial, viabilizar e apoiar o trabalho em rede, com ancoragem institucional nas várias plataformas, dotar as plataformas de regime

especial de compra e contratação de pessoal e envolver e facilitar o acesso à pesquisa de ponta para gerar novos talentos.

O dogma da eficiência e da concorrência entre instituições e a competição entre os professores por meio da busca de financiamento é visível em outra parte da palestra do professor Arbix:

Um programa na área de fármacos pretende formar uma verdadeira indústria brasileira, hoje com ação muito calcada em medicamentos genéricos. Só na área de biofármacos, a Finep está investindo 2 bilhões de reais. Estamos falando de projetos de um bilhão de reais para dez anos - nunca ouvi alguém dizer que coordenou um projeto deste porte.<sup>8</sup>

O projeto nacional dos governos petistas concretizara as mudanças institucionais que se originaram com a reforma do aparelho de Estado em 1995, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Na mesma direção que as universidades o fizeram, segundo suas especificidades, nos países de economia central, obviamente pela sedução cordial que vem do Planalto Central e uma adesão interessada dos professores herdeiros do futuro das universidades estatais. Lentamente a universidade estatal, especialmente pela prática dos novos intelectuais, vai se reorganizando, não sem os consistentes gritos teóricos em contrário, com a indução dos programas de fomento à pesquisa e com a formação de um novo perfil de pesquisador formado nos programas de pós-graduação nos últimos quinze anos. Os “novos doutores” ou “novos intelectuais” chegam prontos às universidades e não questionam a nova cultura, ao contrário, contribuem para a sua consolidação. Aí se encontra outra dimensão do entendimento do novo intelectual e de como um processo consolidado em sociedades de alta densidade histórica modifica a cultura da universidade estatal brasileira no século XXI, como se pode ver com clareza na história dos Estados Unidos da América e, com muita solidez no momento presente.

### **Considerações Finais: alerta aos intelectuais**

O que parece emergir da releitura de aproximadamente duas décadas de pesquisa em que as estruturas apareciam como o foco das investigações; a reforma do Estado e a reforma das universidades estatais, que sem dúvida jogaram peso imprescindível nas mudanças do aparelho do Estado e nas universidades estatais. Em seguida, a adesão do Brasil à predominância financeira e a necessária reforma das instituições a começar pelo aparelho de Estado e a repactuação político e social consiste na pergunta sobre os atores desses movimentos. E por esta razão vale lembrar-se de algumas reflexões de Gramsci:

Podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais; o que pode ser chamado de “sociedade civil”. (Isto é, o conjunto organismos chamados comumente “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando que se expressa no Estado e no governo “jurídicos”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. (Gramsci, 1988, p. 13-14.)

A superestrutura, síntese dialética de elementos da sociedade civil e da sociedade política; em sua relação também dialética com a estrutura econômica, é o espaço da hegemonia e da dominação da classe no poder ou de seus representantes. O lulismo identificado ideológica e antropologicamente com a classe trabalhadora em todas as suas

frações de classe, de fato, representa o capital nacional e internacional. Na expressão de Francisco de Oliveira, trata-se de uma hegemonia às avessas. Posto que os governos do Partido dos Trabalhadores, assim se apresenta, mas governa, sobretudo, dizendo sim ao capital financeiro e, sobretudo à nova forma histórica de hegemonia em que vivemos no âmbito mundial.

Nos últimos 50 anos o Brasil viveu uma ditadura, uma transição pelo alto; o que Gramsci chamaria de uma *Revolução Passiva*. E hoje nos ajuda a iniciar o entendimento do que se realiza no Brasil com a categoria de hegemonia. Contudo, como assinalamos acima, uma hegemonia às avessas. Isso nos parece novo na história do Brasil.

Importa, pois, indagarmos sobre os intelectuais que ao longo desse período atuaram na construção do que nos interessa: a construção da nova universidade estatal. Para Gramsci, a função intelectual está ligada fundamentalmente à superestrutura; os intelectuais são "funcionários da superestrutura" e, ao mesmo tempo, estão ligados à estrutura econômica, pois representam um determinado segmento social, mesmo quando não estão conscientes disso, pensando trabalhar em prol de um bem humano, enquanto a profissionalização cuida da comercialização de seu trabalho. Mesmo assim, na graduação, na pós-graduação, na pesquisa e na consultoria eles seguem formando as novas gerações e seguem formando os "herdeiros do futuro". Acabam, assim, por fazer, a ligação com a estrutura e consolidarem a nova cultura da universidade atual, segundo o que escreveram Weber, Mills, Berman e Sevcenko.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada" em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas do qual os intelectuais são precisamente os funcionários. (Gramsci, 1988, p. 13.)

Gramsci não vê o intelectual no sentido convencional, ou seja, enclausurado em uma sala e distante do segmento que ele representa. O intelectual deve estar em contato com o povo, sentir como o povo sente, para poder captar os seus anseios e organizar os elementos da classe fundamental que representa. Sem o intelectual, não há direção, não há organização e, desta forma, não pode haver a hegemonia das classes subalternas. Os intelectuais atuam em sua grande maioria em instituições partidárias ou não. Atuam sempre nos "aparelhos privados de hegemonia". A educação é um campo privilegiado para a atuação dos intelectuais no sentido que lhe atribui Gramsci. Para o que nos interessa, a universidade estatal tornou-se um aparelho privado de hegemonia privilegiado para a disseminação do movimento que vimos analisando desde há duas décadas passadas. Vale destacar o que mostramos em momentos anteriores do texto sobre o papel dos pesquisadores nas universidades inglesas (Sevcenko), nos Estados Unidos e no Brasil.

No caso em tela, os novos intelectuais é que produziram a universidade estatal brasileira do século XXI. Ainda que o que mais fosse aparente consistisse nas mudanças econômicas, sociais e institucionais. O cimento ideológico que mantém a nova hegemonia às avessas foi produzido pelos intelectuais. A nova universidade joga papel decisivo nessa construção.

A universidade estatal reforma-se na direção das exigências históricas que foram postas ao Brasil desde a década de 1980. São os "novos intelectuais" os responsáveis pelas principais mudanças no país nos últimos 50 anos. No caso específico, a universidade estatal é reformada em condições objetivas, porém nela atuaram intelectuais e nela intelectuais foram formados para reproduzi-las. O movimento que buscamos mostrar desde o início deste texto expõe as condições objetivas e mostra que as mudanças que se consolidaram nas universidades americanas e vem se consolidando no Brasil tem sua origem nos intelectuais em condições determinadas. **Interessa sobre essa face pouco**

**discutida: o papel dos intelectuais. Eles são instados a um trabalho de produção de conhecimento e de pesquisa que alcança mudança estrutural da natureza de seu próprio trabalho e nesse mesmo processo, o próprio intelectual se transforma.** Assume não somente a nova natureza do seu trabalho, mas também a cultura de um novo tempo que o próprio trabalho e as mudanças institucionais carregam. Importa indagar sobre a nova natureza do trabalho desses intelectuais e suas consequências. Nas pesquisas iniciais o que nos ficou muito claro foi a profunda intensificação do trabalho do professor e a precarização de suas relações trabalho. Contudo, analisando as mudanças do trabalho, especialmente nos Estados Unidos, percebemos que a intensificação do trabalho e a precarização de suas relações consistem na consequência da mudança da natureza do trabalho do pesquisador, como resultado da mudança da universidade estatal. Trata-se de trabalho voltado para economia tal como se pode notar ao longo do texto.

### Contradições atuais

Quando redijo este texto há uma crise política nunca vista na história do país. Uma presidente eleita em 2014, sem ferir a constituição é acusada de o fazê-lo num contexto em que de fato o que está em perigo consiste nas instituições republicanas, o Estado de Direito e a jovem Democracia brasileira. Duas são as críticas centrais que movem o ódio entre vários grupos no poder, em setores organizados e nas ruas. O primeiro é uma característica própria da cultura brasileira. Aos que têm o poder político isso não basta, brigam pelo poder político, contrariando a tese de Marx em o 18 Brumário de Luiz Bonaparte. Aí Marx assevera que o fetiche de representar toda a sociedade se revelaria se isso acontecesse.

No Brasil isso parece ter sido internalizado na sociabilidade do brasileiro desde as capitânicas hereditárias. Não basta o que ganham com somas enormes de lucro provindo do capital produtivo, mas, é necessário abocanhar o fundo público. O segundo decorre do primeiro. Além de se locupletar do fundo público a seu favor, mas de forma legal, a elite é hábil no exercício da corrupção e por esta razão quer além do poder econômico, também o poder político. A terceira pode ser creditada ao preconceito derivado de outra característica do capitalismo brasileiro o preconceito do acesso a bens de toda natureza pela parcela menos favorecida, o que inclui o acesso ao poder, como é o caso da aliança em torno do Partido dos Trabalhadores no poder desde 2003. É necessário, contudo, destacar que a presidente Dilma Rousseff lidou com uma herança econômica complexa e teve pouca habilidade política, ainda que jamais possa ser incriminada pelos motivos que os que querem “a mulher bêbada e o tonel cheio” a acusam. Isso mobiliza a classe média e boa parcela dos menos favorecidos influenciados pela mídia que se encontra nas mãos dos atuais herdeiros dos herdeiros das capitânicas hereditárias. Mas, examinemos as razões da crise econômica, supostamente o fundo da crise política.

Ao analisarmos todo esforço para o aumento do desempenho da indústria brasileira e da produtividade da economia do país, todo governo desde FHC esbarrou na âncora monetária colocada pelo Fundo Monetário Internacional em 1982.

Neste ponto é fundamental tratarmos ainda que de forma breve da construção histórica da falência industrial e da ausência de aumento da produtividade da economia, apesar de toda mudança havida na educação superior brasileira em seu conjunto.

Lamucci (2009) afirma que segundo Bresser-Pereira, em seguida à estabilização produzida pelo Plano Real em 1994/1995, a política econômica exigia um processo que se pautava especialmente pela diretriz "crescer com poupança externa", o que segundo ele, seria crescer “com déficit em conta corrente, já que poupança externa é déficit em conta corrente. A única preocupação era manter a baixa inflação por meio de uma âncora, que

poderia ser ou o câmbio fixo ou de câmbio flutuante acompanhado de sistema de metas de inflação”. Isso implicaria o controle rígido do déficit público “para que a **capacidade do Estado de pagar a sua dívida pública interna e externa** não ficasse ameaçada”. O que se poderá ver mais à frente consiste no resultado desastroso para o crescimento da economia brasileira e a continuidade da vulnerabilidade econômica do país. É interessante notar o que se grifou nessa citação do autor. O que é central é manter a capacidade de pagamento da dívida pública externa e interna. Mais especificamente, manter a dívida e pagar os juros, que são o lucro dos nossos credores internacionais. Isto é, os bancos, já que o modelo fora implantado pelo Fundo Monetário Internacional em 1982 e veio orientando a própria produção acadêmica sobre o problema do país. E isto está posto desde meados da década da primeira metade de 1980 por meio de processo de construção das condições históricas da institucionalização da ruptura com o neodesenvolvimentismo, que finalmente se realiza com a reforma administrativa do Estado em 1995.

Ao analisar a economia brasileira em 2015, considerando o ajuste fiscal proposto pelo ministro Levy (bem como o que se fez depois relativo à política fiscal), tudo fica claro sobre as razões da impossibilidade de uma economia brasileira em crescimento. A cultura do curto prazo, portanto de investimentos não produtivos e pagamento de aproximadamente 45%, do orçamento anual do país, da dívida pública jogam qualquer país no subdesenvolvimento, independente dos editais do CNPq, da avaliação e financiamento da Capes e das fundações estaduais, da Finep e da EmbrapII. Quem ganha com isso? Quem está no topo da nova divisão internacional do trabalho acadêmico. Nossos esforços são vãos. Parece não haver a menor percepção da destruição da educação superior brasileira para nada. Leda Paulani (2015), ao analisar a indústria e a economia brasileiras, conclui:

Evidentemente, isso não ocorreu sem consequências do ponto de vista de nossa inserção produtiva. Como afirmou acertadamente em entrevista recente o professor Gabriel Palma, da Universidade de Cambridge, ao optar pela dupla juro alto/câmbio apreciado, o governo brasileiro escolheu as finanças, as *commodities* e os serviços e desdenhou e prejudicou a indústria, que seria beneficiada pela política oposta. Ao optar conscientemente pela política econômica que atendia primordialmente aos interesses do capital financeiro, os governos que se sucederam desde os anos 1990 jogaram mais água nesse moinho e promoveram um grande retrocesso no perfil produtivo de nossa economia. O resultado é que a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações do país constituem hoje uma dura realidade. A começar pelo próprio setor automotivo, cadeias produtivas inteiras foram esvaziadas, fazendo nossa indústria trabalhar atualmente mais ao estilo das *maquiladoras* mexicanas, que simplesmente montam um sem-número de peças e componentes importados, do que como uma verdadeira indústria, capaz de produzir valor agregado e andar em linha com o desenvolvimento tecnológico mundial. Os setores mais dinâmicos desse último ponto de vista, como os de bens de capital, equipamentos eletrônicos e química e farmacêutica, foram justamente os que mais sofreram. Quanto à reprimarização da pauta de exportações, os dados falam por si. Em meados dos anos 1970, a participação dos produtos industriais e bens de capital nas exportações brasileiras era de 38%, tendo atingido quase 70% no início dos anos 1990, para alcançar 2010 com 47%. De outro lado, a participação dos produtos básicos, que era de cerca de 60% em meados dos anos 1970, reduziu-se a 25% no início dos anos 1990, para alcançar 2010 com 45%.

Beluzzo (2015) acompanha a crítica de Paulani mostrando o equívoco ou a *servidão involuntária* do país ao analisar o reajuste fiscal da presidente Dilma em no início do seu segundo mandato.

Para Luiz Gonzaga Belluzzo, os ajustes fiscais do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, erram na forma e no conteúdo. Na forma, porque não foram discutidos com as bases sociais. E no conteúdo, porque focam no desequilíbrio fiscal, quando a preocupação deveria ser investir na infraestrutura para puxar a aceleração da indústria. Em entrevista ao Portal da CUT, o economista e professor destaca que os ajustes sobre o emprego e a renda dos trabalhadores devem ter como resposta dos movimentos sindical e sociais a cobrança da taxa dos bancos, do patrimônio e da riqueza.

O Brasil é um caso à parte. Com excelentes intelectuais, artistas e instituições, que poderiam amalgamar as diferenças culturais do país produzindo uma base para a identidade nacional e um Estado Nacional soberano a relacionar-se com países mais desenvolvidos, porém, sem subserviência voluntária ou involuntária. Em vez disso, as instituições formadoras de seres humanos e cidadãos brasileiros põem-se a trabalhar para economia dos países centrais, oferecendo-lhes o que de melhor temos na ciência, na arte, na tecnologia e na economia, bem como jogando na latrina a soberania nacional. Vendemos nossas empresas estatais, vendemos nossos melhores jogadores de futebol, vendemos nossos cientistas, colocamos os nossos pesquisadores a serviço da economia dos países centrais, num contexto de uma estrutura de divisão internacional do trabalho intelectual. Pagamos para que os fundos mútuos lucrem com o setor privado da educação superior, enquanto isso reestabelecemos a cultura do ódio da Casa Grande e Senzala, tal como se observa na atual crise política que vivemos nos dias atuais e, independente do resultado continuará em razão das características específicas do capitalismo brasileiro.

Nas últimas duas décadas foram realizadas três conferências nacionais de ciência tecnologia e inovação. Na última estabeleceu-se um consenso entre a Academia Brasileira de Ciência, SBPC, CNI, Sebrae e o governo consolidando a *tríplice hélice* de Etzkowitz (2008). A partir de então, a Petrobrás fora bem capitalizada e a economia brasileira mostrava-se forte para recuperarem-se em regime democrático os dias melhores de tempos idos. Na continuidade desse processo o CNPq reformulou-se para induzir as pesquisas, a Capes reformulou-se tornando-se agência de avaliação/regulação, financiamento e categorização da pós-graduação induzindo a formação de professores e pesquisadores. A Finep reformulou-se para garantir o aumento da produtividade industrial, bem como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação (Embrapii), uma *organização* social similar à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), porém, para o setor industrial.

Seguiu-se uma criticada reformulação das universidades, mas cujo objetivo voltava-se para a grandeza da economia do país. Há um acelerado processo de expansão das instituições públicas e privadas no país; há como consequência a intensificação do trabalho e a precarização das suas relações, a desaparecimento da autonomia científica dos professores ao lado da desaparecimento da autonomia das universidades. As consequências são muito negativas para o professor, seu trabalho e seu ser. Ele não escolhe seu objeto de pesquisa, mas o que lhe é imposto, no prazo externo dos editais, e o que produz decorre da demanda da economia. Estranha, pois, seu trabalho, a universidade e a si mesmo. Sofre e adocece como todos os demais trabalhadores. Seu trabalho imaterial deve produzir um conhecimento matéria-prima para ser comercializado o mais rapidamente possível; o conteúdo de seu trabalho lhe é retirado na comercialização.

Apesar de todo este esforço o modelo econômico adotado pelo Brasil, a economia do país está presa, atada à armadilha preparada pelos países centrais e o projeto de país tornou-se um apêndice dos projetos desses países. É compreensível que Ricardo Antunes<sup>9</sup> em periódico nacional de grande circulação, tenha chamado a condição brasileira de *subserviência involuntária* e que no âmbito da educação superior pública ou privada façamos tudo para manter as economias dos países do Norte e pesquisemos para as demandas que eles nos colocam. O livro de Gilberto Freire *Casa Grande e Senzala* nunca foi tão atual para todos brasileiros: os poucos da Casa Grande e a grande maioria instalada institucionalmente na senzala. O país encerrou mais um ciclo de espiral descendente, resta saber o que o espera e se os intelectuais conseguirão reconstruir a grande instituição universitária brasileira destruída nas últimas duas décadas.

### Referências:

Berman, E. P. *Creating the marketing university – how academic science became an economic engine*. Princenton: Princeton University Press, 2012.

Brasil. CGEE. Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil. Livro Azul 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Brasil Sustentável, 2010.

Brasil. Ministério de Relações Exteriores. *Políticas de Inovação no Brasil e nos Estados Unidos: a busca da competitividade – oportunidades para a ação diplomática*, 2011.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. Belluzzo: motor quebrou e Levy quer arrumar a lataria.

Disponível em

<http://www.cut.org.br/imprimir/news/48ee0f6e11e6d73d17757157c63792eb/> e acesso em 14 de abril de 2016.

Cummings, B. The changing landscape of intellectual property management as a revenue-generating asset for U.S research universities. *George Mason Law Review*. 21(4), pp. 1027-1047. Disponível em <http://connection.ebscohost.com/c/articles/97014125/changing-landscape-intellectual-property-management-as-revenue-generating-asset-u-s-research-universities>. Acesso em 16 de abril de 2016.

ETZKOWITZ, H. **The triple helix: university-industry-government innovation in action**. New York, Routledge, 2008.

Gramsci, A. (1988). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

HOROWITZ, I. L. La génesis intelectual de C. Wright Mills. Prefacio al libro Mills, C. W. **Sociología y pragmatismo**. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1968.

LMUCCI, Sergio. *Tentativa de crescer com poupança externa é estratégia errada, diz Bresser*. Disponível em <http://www.sintex.org.br/noticia/2009/09/18/57954-tentativa-de-crescer-com-poupanca-externa-e-estrategia-errada-diz-bresser> acesso em 16 de abril de 2016.

Ianni, O. Globalização: o novo paradigma das ciências sociais. *Revista de Estudos Avançados*. 8(21), 1994, pp. 147-163. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000200009&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200009&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S0103-40141994000200009. Acesso em 16 de abril de 2016.



Loise, V.; Stevens, A.J. The Bay-Dole Act Turns 30. *SCI Transl Med*, 2(52), 2011, pp.1-5, DOI: 10.1126/scitranslmed.3001481. Disponível em <http://stm.sciencemag.org/content/2/52/52cm27.full> acesso 16 de abril de 2016.

Marginson, S.; Ordorika, I. Hegemonía en la era del conocimiento: competencia global en la educación superior y la investigación científica, 2010.

Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Marques, F. (2008). Lições Inovadoras. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 147, pp. 34-36, Maio. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2008/05/01/licoes-dos-inovadores/>. Acesso 16 de abril de 2016.

Mills, C. W. *Sociologia y pragmatismo*: Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte

Mowery, D. et al. (2004). *Ivory Tower and Industrial Innovation: University-Industry Technology Transfer Before and After the Bayh-Dole Act*. Palo Alto, Calif.: Stanford Business Books, 1968.

Oliveira, F. de. A face do horror. In: Silva Júnior, J. R.; Sguissardi, V. (eds.). *As novas faces da educação superior no Brasil – reforma do Estado e mudanças na produção*. Bragança Paulista e São Paulo: EDUSF e Cortez Editora, 2001, 2ª edição.

Paulani, L. *Brasil delivery – servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PAULANI, Leda. *Dependência Redobrada*. Disponível em <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1219> e acesso em 14 de abril de 2016.

Perorazio, T.E. *Curiosity and commercialization: faculty perspectives on sponsored research academic science and research agendas* (doctoral dissertation). University of Michigan. ProQuest, UMI Dissertations Publishing, UMI No. 3392864, 2009.

Sguissardi, V.; Silva Júnior, J. dos R. *Trabalho intensificado nas federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: EJR Xamã Editora, 2009.

Slaughter, S.; Rhoades, G. Markets in Higher Education. In: Altbach, P. G.; Gumport, P. J.; Berdahl, R. O. (eds.). *American higher education in the twenty-first century – social, political and economic challenges*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 3<sup>rd</sup> ed., 2011, pp. 433-464.

Slaughter, S.; Rhoades, G. *Academic capitalism and new economy – market, State and higher education*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011, 3<sup>rd</sup> ed..

Weber, M. Ciência como Vocação. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002, pp. 90-110.

## Notas

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi publicada na Revista de la Educación Superior Vol. xliv (1); No. 173, enero-marzo del 2015, p. 157-179, com o título: “Ciencia académica, intelectuales y el trabajo del profesor universitario en Brasil: convergencia y hegemonia”. Posteriormente uma versão ampliada foi publicado na Rev. Inter. Educ. Sup.[RIESup] Campinas, SP v.1 n.1 p. 66-85 jul./set. 2015. Esta versão do artigo foi ampliada e atualizada com base nos acontecimentos políticos recentes do Brasil.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal de São Carlos. Email: joaodosreissilvajr@gmail.com

<sup>3</sup> Professor da Arizona State University. Email: dschugur@asu.edu

<sup>4</sup> Sevcenko, Nicolau. O Professor Corretor. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0406200004.htm> acesso em 12 de janeiro de 2001.

<sup>5</sup> Sobre o movimento percussor do Rap e outros movimentos culturais similares consultar [https://en.wikipedia.org/wiki/Dub\\_music](https://en.wikipedia.org/wiki/Dub_music) . Acesso em 16 de abril de 2016.

<sup>6</sup> Segundo Mowery; Rosenberg, (1998) as relações entre a pesquisa nas universidades dos Estados Unidos e a indústria remontam há aproximadamente um século e meio. Isto é, estas relações teriam se iniciado no final do século XIX. Ver também Weber (2002).

<sup>7</sup> ARBIX, G. (2007) et al. Relatório de Pesquisa *Plano de Mobilização Brasileira pela Inovação Tecnológica – MOBIT*. São Paulo, Cebrap.

<sup>8</sup> Aqui se pode ver com clareza como o caminho trilhado pelas universidades europeias e dos Estados Unidos exige a universidade eficiente no Brasil. Basta lembrar-se do relatório coordenado por Arbix, o processo de Bolonha e seu correspondente nos EUA; o Bayh-Dole Act e o Competes Act.

<sup>9</sup> V. ANTUNES, 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/06/1637855-ricardo-antunes-a-servidao-involuntaria.shtml> Acesso em 26 de jul. 2015

Recebido: fevereiro-16

Aprovado: março-16